

A aplicação do conceito de Geoparque da UNESCO no Brasil e relação com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Paulo César Boggiani

Após a criação do Geoparque do Araripe no sertão do Ceará, o primeiro no Brasil a ser reconhecido pela UNESCO, o conceito de geoparque passou a ser mais discutido em nosso país.

O conceito, em sua profundidade e real entendimento é, no entanto, ainda pouco conhecido, mesmo entre os geocientistas. Além disto, o nome “parque”, atrelado à denominação, tem gerado discussões sobre as relações com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, lei na qual se regulamenta a criação de diversas categorias de unidades de conservação no Brasil assim como os seus planos de manejo.

Para a UNESCO, um geoparque é uma área delimitada que tenha significativas exposições geológicas, paleontológicas ou geomorfológicas e que seja grande o suficiente para o desenvolvimento sustentável e que haja uma população no seu interior a qual, necessariamente, deverá ser beneficiada com sua criação.

O conceito de geoparque, porém, é muito mais do que essa simplista definição e, o que é mais interessante, é o fato de ser um conceito dinâmico que se encontra em constante reformulação e adaptação às realidades locais e essa mobilidade e versatilidade do conceito que se pretende manter.

A primeira reação é a de que um geoparque não pode ser criado no Brasil, pois não há previsão dessa categoria no SNUC. O entendimento que se deve ter é a de que um geoparque não é uma unidade de conservação no sentido do SNUC e, por isso, não há necessidade de criação de categoria específica e nem uma legislação para geoparques no Brasil, da mesma forma que não é necessário para as reservas da biosfera, outra importante modalidade da UNESCO que também vem sendo implementada no Brasil em seus diferentes biomas.



Liccardo 2009

Foz do Iguaçu (acima) no Paraná e Sete Cidades (abaixo) são exemplos de Parques Nacionais que fazem parte do SNUC.



Liccardo 2010

Ao enquadrar o conceito de geoparque em uma lei iríamos justamente no sentido contrário do que se pretende para os geoparques. Ao enquadrar o conceito em uma lei específica, ou com uma alteração do SNUC, iríamos engessar o processo e tirar o caráter inovador e dinâmico que ele apresenta e o que o torna diferente de outras modalidades de conservação.

Na criação de um geoparque, leva-se em consideração que cada parte do planeta tem seu próprio espírito do lugar, muitas vezes relacionado aos aspectos geológicos, como presença de cavernas, atividades de garimpo, relevo montanhoso, entre outros que se reflete no modo de ser e na cultura das populações locais e o entendimento é que o geoturismo, como principal atividade a ser desenvolvida em um geoparque, venha a ser a chave dessa interpretação.

Com o aumento da visitação, através de práticas de geoturismo e venda de produtos, procura-se obter o almejado desenvolvimento sustentável das populações envolvidas.



A criação de um geoparque, e seu reconhecimento pela UNESCO, possibilita a certificação de produtos, principalmente agropecuários, o que amplia a sua aceitação no mercado, principalmente europeu (fotografia de André Herzog)

Portanto, as bases que direcionaram a criação do conceito são justamente, através do apelo geológico, promover uma nova ordem de desenvolvimento econômico para a região através do geoparque, atrelada à proteção ambiental (geológica e biológica) e ao resgate, valorização e preservação da cultura.

Posteriormente foi criada a Rede Européia de Geoparques, em 2000 e em seguida, em 2004, a Rede Mundial de Geoparques da UNESCO, que congrega atualmente 57 geoparques reconhecidos no mundo, 33 na Europa, 20 na China, um no Irã, um na Malásia, um na Austrália e um no Brasil (Geoparque Araripe).

Espera-se, portanto, que o conceito de geoparque no Brasil venha atrelado fortemente ao objetivo de trazer melhorias para as comunidades locais, o que passa a ser, assim, uma proposta ambientalista diferenciada, uma vez que tem como objetivo principal, além da proteção do patrimônio geológico e, também, da biodiversidade, o benefício às pessoas, tanto as locais como as que visitam o local.



Painel de explicação geológica implantado na Chapada Diamantina- BA

Para se ter uma melhor idéia do conceito de geoparque, é importante saber como foi criado. O mesmo foi inicialmente discutido em 1996, durante o Congresso Internacional de Geologia na China, por representantes de 4 localidades (França, Alemanha, Espanha e Grécia) onde já se desenvolviam atividades de geoturismo. Essas regiões apresentam as mesmas características, ou seja, áreas rurais com particular e excepcional patrimônio geológico acrescidas de belezas naturais e elevado potencial cultural e, também, baixo desenvolvimento econômico, desemprego e elevado grau de emigração.

Imagem símbolo do Geopark do Araripe, no Ceará, cuja ênfase principal é um magnífico patrimônio paleontológico



Desta forma, não há muito sentido propor criação de um geoparque em áreas inabitadas, ao que se aplicam muito bem as propostas de unidades de conservação previstas pelo SNUC.

Outra característica interessante de um geoparque é sua capacidade de agregação e articulação institucional. Devido ao fato de não ser atrelado a nenhuma legislação específica, e o entendimento é a de que não deve realmente ter, não há engessamento do processo de criação, o que permite uma ampla gama de formas de gestão, podendo até ser privado. Por outro lado, a área de um geoparque pode englobar unidades de conservação, previstas no SNUC, como parques, APAs – Áreas de Proteção Ambiental, RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural, ou mesmo as da UNESCO, como Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera e até áreas tombadas. Um geoparque, assim, passa a ser uma nova forma de gestão do território e um articulador entre as diversas unidades e projetos envolvidos. Qualquer pessoa, qualquer instituição, entidade ou empresa, se tiver interesse, é sempre bem-vinda num geoparque e nunca será excluída do processo.

Ao ser reconhecido pela UNESCO, a região de um geoparque passa a ser mais valorizada e chama atenção para a comunidade internacional. Pensando diretamente no turismo, é evidente que um turista estrangeiro passará a perceber uma determinada localidade, antes esquecida, com mais atenção se passa a ter a chancela da UNESCO.

Outra vantagem dos geoparques da UNESCO é o trabalho em rede, com ajuda mútua e intercâmbio de idéias, projetos e pesquisadores.

“Um geoparque tem por objetivo maximizar o Geoturismo em benefício da economia local a fim de proporcionar o entendimento da evolução da paisagem”, através dessa frase, de Chris Woodley-Stewart, gerente do Geopark North Pennine (Reino Unido), pode-se entender um pouco mais sobre o conceito que alia educação com desenvolvimento local. Outra frase do mesmo autor “Geoparques não são apenas pedras, geoparques são sobre pessoas”, exemplifica bem que, através dos geoparques, procura-se a valorização das pessoas e não apenas a conservação da fauna e flora.

Cabe lembrar também que o reconhecimento da UNESCO não é permanente, o qual é revisto periodicamente. Se a área não vem cumprindo as funções previstas para um geoparque, pode perder o título o título da UNESCO.

Outra característica necessária para caracterização de um geoparque é a formulação de projetos educacionais, por isso, em praticamente todos geoparques existe um museu e vários locais de visitação (geossítios) e ampla produção de folhetos, publicações, materiais didáticos e documentários.

Atividades de geoturismo e projetos educacionais são boas alternativas em áreas de minas desativadas, a serem aproveitadas como geossítios em um geoparque, como é feito atualmente na Mina da Passagem (Mariana, MG), em área na qual vem sendo proposto a criação do Geoparque Quadrilátero Ferrífero (fotografia de Paulo C. Boggiani).



É preciso ressaltar que quem defende a criação de geoparques não se contrapõe aos propósitos do SNUC, o qual foi montado e se aplica muito bem para a necessária proteção da biodiversidade. O que se pretende com os geoparques é apresentar uma nova fórmula de uso do território com valorização e participação da comunidade local, o que pode muito bem se aplicar para áreas de entorno de algumas unidades de conservação. É portanto uma proposta complementar à proposta de proteção de biodiversidade do SNUC.

A modalidade de Monumento Natural, que pode também ser privado, se encaixa muito bem para ser criado nas localidades de visitação de um geoparque (geossítios), uma vez que muitas vezes não apresentam apelos de biodiversidade, como uma antiga área de lavra ou corte de estrada com excepcional exposição de uma determinada estrutura geológica ou arranjo fóssilífero.



Logotipo da Rede internacional de Geoparques

É lamentável o fato dos empreendedores mineiros não terem ainda se atentado ao fato de um geoparque vir a ser um aliado para demonstrar a importância (e necessidade) da mineração para a Sociedade e que atividades de geoturismo poderiam muito bem ser implementadas em áreas já mineradas ou em desenvolvimento. Assim, o planejamento das recuperações de áreas lavradas deveria levar em consideração as potencialidades de uso geoturístico e os órgãos ambientais deveriam estar mais abertos para essas possibilidades. O mesmo pode vir a ser aplicado às novas rodovias ou ampliações das antigas, afinal, até quando vamos aceitar que belíssimos e didáticos afloramentos sejam cobertos por grama, ainda mais num país de intenso processo de alteração intempérica das rochas, onde são raras as boas exposições.

Os exemplos acima demonstram claramente como as instituições e empresas produtoras podem e devem se integrar no processo de criação de um geoparque, principalmente os produtores agropecuários, diante da potencialidade de seus produtos virem a ser valorizados com a chancela da UNESCO, como tem sido feito para determinados vinhos e outros produtos de alguns geoparques europeus.

Outra vantagem de um geoparque é justamente a possibilidade de criação de forma aberta, sem rigidez jurídica. Uma unidade ao ser criada pelo SNUC, automaticamente tem atrelada a instituição que irá gerenciar, o que ocorre, na maioria das vezes, sem muita participação da comunidade diretamente afetada por sua criação. Se a unidade for federal é o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade o responsável, se for estadual, os respectivos órgãos estaduais e assim por diante.

Já para um geoparque não há esse vínculo direto. Os serviços geológicos de cada país têm a função indutora de criação de um geoparque, no Brasil realizada pela CPRM (Serviço Geológico do Brasil), mas existe forte participação das universidades, prefeituras, ONGs e empresas nas iniciativas em curso, principalmente do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, face ao novo conceito em curso de Paisagem Cultural, que muito bem se aplica aos geoparques.

Geoparque não é um conceito simples e nem se encontra plenamente definido e sim em constante construção, o que permite adaptá-lo às realidades locais e que deve ser difundido e analisado por todos que procuram um mundo melhor.

Para saber mais sobre Geoparques:

Eder, F.W. & Patzak, M. (2004) Geoparks – geological attractions: A tool for public education, recreation and sustainable economic development. *Episodes*, Vol. 27: 162-164.

Zouros, N. (2004) The European Geoparks Network. Geological heritage protection and local development. *Episodes*, Vol. 27: 165-171.

SOBRE O AUTOR: Paulo César Boggiani é professor do Instituto de Geociências – USP e coordenador do curso de Licenciatura em Geociências e Educação Ambiental (LiGEA).